

32º Encontro Anual da Anpocs
27 a 31 de outubro de 2008
Caxambu - MG

O Recife dos Anos 20: Regionalismo, Modernismo e José
Lins do Rego*

GT 30 – Pensamento Social no Brasil

Mariana Miggiolaro Chaguri
- doutoranda em Sociologia
PPGS – IFCH - Unicamp

* Este trabalho é resultado da pesquisa de mestrado "Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 30: regionalismo, modernismo e José Lins do Rego" desenvolvida no Programa de Pós - Graduação em Sociologia da Unicamp, financiado pela Fapesp e orientado pela Profa. Dra. Elide Rugai Bastos.

A década de 20 em Pernambuco é marcada pelos debates em torno das reformas urbanas na cidade do Recife e da renovação cultural das artes pernambucanas. Acaloradas discussões são travadas entre os futuristas, adeptos das propostas da Semana de Arte Moderna de 1922 e os regionalistas, que ao logo da década sistematizaram argumentos e propostas cujo objetivo era reconhecer e revisar os valores e os dilemas da região Nordeste.

Os regionalistas – que divulgavam suas idéias especialmente por meio do **Diário de Pernambuco**, arregimentados em torno do Centro Regionalista do Nordeste e da figura de Gilberto Freyre – acusavam o governo federal de interferência indevida em Pernambuco, defendendo política, cultural e artisticamente aquilo que, para eles, definia-se como região e, por meio dela, a superação do frágil esquema das diversas unidades estaduais.

Já os futuristas, possuíam como principal veículo de divulgação de suas propostas o **Jornal do Comércio** de propriedade dos irmãos Pessoa de Queirós ligados, inclusive por laços de parentesco, ao ex-presidente Epitácio Pessoa.

Tais discussões revelam aspectos significativos dos conflitos locais pelo poder político no estado (os quais, de modo geral, refletiam disputas existentes em toda a zona açucareira nordestina). O choque entre futuristas e regionalistas reflete também as disputas entre os grupos oligárquicos que aspiravam ao comando político da região. Podemos sintetizar todas as disputas e embates envolvidos na polêmica entre os grupos no debate travado entre Gilberto Freyre e o jornalista pernambucano Joaquim Inojosa.

Em 1922, Inojosa, então redator-chefe do **Jornal do Comércio**, viaja para o Rio de Janeiro integrando como secretário uma embaixada de acadêmicos do Recife que participaria do *Primeiro Congresso Internacional dos Estudantes*, atividade comemorativa do *Centenário da independência do Brasil*. Por convite oficial do governador de São Paulo, a embaixada também se dirigiu a São Paulo. Na capital do estado, Inojosa visitou redações de jornais paulistanos, fazendo, segundo ele, perguntas ocasionais sobre “uma tal de Semana de Arte Moderna” da qual havia ouvido falar muito vagamente em Pernambuco². Após alguns contatos e já a par de algumas informações sobre a Semana e seus protagonistas, Inojosa comenta

² Inojosa comenta que um amigo lhe perguntara se sabia algo sobre a tal Semana ao que Inojosa responde que nem ao menos sabia que ela havia existido, “disso não se falava, O Brasil sem avião e sem rádio, era um país de compartimentos estanques”. (INOJOSA, 1969. p.40).

subo as escadas do Correio Paulistano. Encontro Menotti del Picchia: primeiro contato com um modernista. Instantes depois, embarafusta Oswald de Andrade [...] Conversa longa, como se de longamente nos conhecêssemos. Enquanto Menotti continua na redação, saio com Oswald a passear pelas ruas de São Paulo, até madrugada. Nos dias seguintes: chá das cinco no atelier de Tarsila do Amaral, presentes vários modernistas, inclusiva Anita Malfati, Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Oswald de Andrade [...] visita ao escritório de Guilherme de Almeida; reunião na rua Lopes Chaves, residência de Mário de Andrade, onde me sagrariam ... porta-voz autorizado do movimento modernista lá pelo Nordeste [...]

Recebo luvas para desafio: livros e exemplares de “Klaxon” – a senha da renovação. E parto de regresso a Pernambuco (INOJOSA, 1969, p.44).

Representante autorizado do modernismo no Nordeste, o jornalista inicia a divulgação do movimento por meio de artigos em jornais e revistas. Um dos primeiros é “Que é futurismo?” (INOJOSA, 1922 *apud* AZEVEDO, 1984 p.191) no qual define o “futurismo” como uma renovação estética e uma atualização da arte, reação contra “as tradições, as velharias, o passado” já que um homem pertence ao seu tempo, mesmo que reaja contra ele. Ao final do artigo, argumenta que todos aqueles que estudam sabem que no Brasil, à exceção de São Paulo “vivemos atrasados em cultura artística”.

Segundo Inojosa, a literatura pernambucana girava em torno de artistas “passadistas”,

não se afastavam os escritores dos chavões dominantes, das características rotineiras das letras e das artes da época. Saíra o Estado de uma inglória luta política; não eram fáceis as comunicações com o Sul; dominava sempre a impressão de que as idéias por lá vitoriosas chegavam ao Norte com atraso de anos... vindas do Rio... “cérebro do Brasil”... porque tudo o mais, mesmo São Paulo, era província, tanto quanto Pernambuco...

De Modernismo nada se falava [...] Não havia rádio, nem televisão, nem transporte aéreo. Quase não se liam jornais do Rio, nem suas revistas, cujos exemplares se destinavam apenas aos privilegiados assinantes, que os recebiam em longos atrasos normais. E assim mesmo, só publicações cariocas interessavam, que de São Paulo, Minas Gerais ou Rio Grande do Sul nada chegava ...

A difusão por mim iniciada do que ocorrera em São Paulo com a Semana de Arte Moderna, em começo causara indiferenças...

Que interessava aos intelectuais pernambucanos o que se passara na capital paulista? Por acaso não era o Rio o veículo, o filtro da cultura brasileira? Se a Semana de Arte Moderna se tivesse realizado na capital da República, sua repercussão nos Estados teria sido talvez imediata, como o foi o discurso de Graça Aranha na Academia Brasileira de Letras. Graças, porém, ao reiterado de minhas insinuações sobre o que, em fevereiro de 1922, se passara em São Paulo e às polêmicas travadas em torno do “modernismo”, “futurismo”, “klaxismo”, o

discurso de Graça Aranha não se constituiu no ponto de partida do movimento modernista do Nordeste, mas sim a Semana de Arte Moderna, de 1922 (INOJOSA, 1969. p.48).

Na versão contada pelo jornalista, existiria no Recife um grupo futurista integrado por ele próprio, pelos poetas Austro-Costa, Ascenso Ferreira e Raul Machado, dentre outros e um grupo que “não sendo ‘passadista’ os defendiam e nos hostilizavam, a nós, os ‘futuristas’ do ‘klaxismo’ imperdoável: Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Osório Borba [...]” (INOJOSA, 1969. p.33).

A vida cultural do Recife nos anos 20 pode ser reconstruída a partir de diversos ângulos: 1. a centralidade da atuação de Inojosa na divulgação das propostas da Semana de Arte Moderna de 1922; 2. o retorno do sociólogo Gilberto Freyre ao Recife em 1923 e o impacto que suas idéias teriam tido sobre jornalistas, ensaístas e escritores da cidade; 3. um contexto intelectual que em torno de alguns jornais e revistas, além da Faculdade de Direito do Recife³ buscava tornar inteligível a decadência vivida pela região Nordeste e para qual as idéias e a atuação de Gilberto Freyre irão convergir.

Optando por desenvolver o terceiro ângulo, isto é, a reconstrução da ambiência intelectual vivida no Recife dos anos 20 a partir dos dilemas sociais e econômicos impostos pela decadência dos engenhos de cana-de-açúcar, elegemos a trajetória de Gilberto Freyre ao retornar, em 1923, de anos de estudos nos Estados Unidos e na Europa como o elemento que nos dará pistas para apreender as disputas políticas e estéticas colocadas em jogo⁴.

Se tal opção carrega em si certa arbitrariedade, não podemos deixar de considerar que a proposta futurista expressa na figura de Joaquim Inosoja carrega em si certo descompasso em relação ao contexto socio-econômico do Nordeste no período, isto é, as metáforas em torno da velocidade, da máquina e da rapidez parecem não acompanhar de perto os dilemas envolvidos nos processos de industrialização e de urbanização da região.

³ Moema Selma D’Andrea aponta que a vida cultural do Recife possuía regras familiarmente localista cujo status era conferido por meio da obrigatória passagem pela Faculdade de Direito, “tradicionalmente conhecida como centro difusor dos vários estudos humanísticos, franqueava a rota batida e segura dos filhos d’algo do Nordeste açucareiro. A tradição que começava na ‘aristocracia de berço’ continuava na ‘aristocracia togada’”. (D’ANDREA, 1992, p.24).

⁴ No período em que esteve fora do Brasil, Freyre manteve-se atuante na vida de Pernambuco por meio da atividade jornalística com a série “Da Outra América” publicada no **Diário de Pernambuco** e formada por artigos, em sua maioria na forma de cartas, escritos nos Estados Unidos entre 1918 e 1922.

Para Antônio Dimas, o jornalista pernambucano foi desastroso ao não perceber que seu trabalho de divulgação do “futurismo” encarnava exatamente o que se combatia naquele momento: a hegemonia cultural do Centro-Sul. Ainda nessa linha de argumentação, Inojosa não teria elaborado nem articulado um projeto, sua função fora apenas a de transmitir uma novidade “assimilada com sustos”, enquanto o jornalista repetia mitos, Gilberto Freyre criava mitos novos (Cf. DIMAS, 2003).

Deve-se lembrar, ainda, que o Recife, palco central dessas disputas, não é uma cidade de construção histórica recente, antes, possui uma história que

atravessava períodos históricos distintos, possuía desenhos urbanos diferenciados, memórias solene de tantas lutas e dificuldades. Os seus atores celebravam e recordavam tantos feitos, no seu imaginário a forte presença do passado, passível de múltiplas interpretações. Recife era um cenário privilegiado para se analisar as relações dinâmicas entre o moderno e o tradicional (REZENDE, 1992, p.14).

Cabe destacar, ainda, que o Recife estava imerso em projetos de reformas urbanas empreendidas, especialmente, pelo governo de Sérgio Loreto (1922-1926): reformas nos sistema de saúde e de higiene; na Escola Normal; na Avenida Beira-Mar e no porto (com a reforma do Bairro do Recife). Também foi realizado o aterro dos mangues; a ampliação dos serviços de luz elétrica; a abertura de ruas e de avenidas; a substituição dos mocambos por projetos de incentivo à construção de casas populares, além da polêmica urbanização da praia de Boa Viagem⁵.

Na zona açucareira, a descapitalização dos engenhos parecia irreversível, muitos senhores arrendam suas terras para as usinas que floresciam na região (ficando com engenhos de fogo morto). Algumas famílias conseguiram converter seus empreendimentos em usinas, estreitando suas relações com os centros urbanos, especialmente com a cidade do Recife.

⁵ Assim, ainda que as discussões sobre o Modernismo e sobre a modernização pudessem circular de modo mais restrito, o processo de modernização dos serviços públicos atingia o cotidiano de toda a população da cidade, de maneiras variadas é certo, de acordo com o espaço social ocupado por cada habitante. Deve-se notar, portanto, que a tensão entre o moderno e o tradicional revela-se, também, na maneira ambígua de compreender e aceitar o progresso como uma conquista.

1. O cronista José Lins do Rego

É neste cenário que o então polemista Lins do Rego, com destacada atuação no semanário **Dom Casmurro** que dirigia com Osório Borba, inicia seu contato com o meio literário pernambucano e, especialmente, com Gilberto Freyre, então um jovem sociólogo recém-chegado de anos de estudos no exterior⁶.

As crônicas publicadas quase diariamente por José Lins do Rego nos jornais da época constituem uma fonte rica para a compreensão das estratégias de recusa ou aceitação dos regionalistas nordestinos diante das propostas intelectuais e políticas de outros grupos, especialmente aquelas dos modernistas de São Paulo.

Esta produção, desenvolvida simultaneamente aos romances, demonstra que além de uma vasta obra como romancista, José Lins também produziu muitas crônicas e ensaios, articulando criação literária à reflexão sobre ela⁷. Como lembra José Aderaldo Castello, a obra de ficção de José Lins “não é somente expressão de puro instinto, como se diz ou como ele mesmo disse: ela resulta também de um pensamento crítico e veementemente exposto em suas páginas de ensaios, de crônicas, de evocação memorialistas” (CASTELLO, 1961, p.22).

Para o crítico Davi Arrigucci Júnior, todos os significados que podemos atribuir à crônica implicam a noção de tempo justamente porque esta corresponde a uma “forma do tempo e da memória, um meio de representação temporal dos eventos passados, um registro da vida escoada” (ARRIGUCCI Jr., 1987, p.51), assim, mais do que um comentário sobre os acontecimentos do cotidiano, a crônica seria um relato em permanente relação com o tempo, “de onde tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica do vivido” (ARRIGUCCI Jr., 1987, p.51). Nesse sentido, a crônica pode ser analisada com um modo de inscrição da história no texto, sendo, portanto, um elo valioso na relação entre história e ficção.

⁶ Ao falar sobre José Lins do Rego, Gilberto Freyre retoma a fase de polemista do romancista paraibano, afirmando que o salvou das limitações inerentes a tal atividade, lembrando que, na época, sugeriu que o autor deixasse de assinar “Lins do Rego” e incorporasse seu nome doméstico “José”, mudança de nome que, para Freyre, mostra que o autor se libertou do “furor panfletário que o vinha desviando de sua verdadeira vocação: a de escritor” voltando-se para seus tempos de menino, para suas experiências básicas de infância e adolescência.

⁷ José Lins do Rego publicou, ao longo de sua trajetória, os seguintes livros de ensaios e crônicas (algumas de viagem) Gordos e Magros (1942); Poesia e Vida (1945); Roteiro de Israel (1951); Bota de Sete Léguas (1952); Homens, Seres e Coisas (1952); A Casa e o Homem (1954); Presença do Nordeste na Literatura Brasileira (1957); Gregos e Troianos (1957) e O Vulcão e a Fonte (1958 – edição póstuma).

As crônicas de José Lins do Rego, por sua vez, revelam uma tensão contínua entre tempos diversos (passado e presente) e espaços sociais heterogêneos (Rio de Janeiro e zona canavieira nordestina) que se fundem numa narrativa de composição aparentemente solta, que será analisada sob a hipótese de constituir uma tentativa do autor de equacionar os dois tempos e espaços sociais heterogêneos com os quais lida para compor este material. Afinal, temos um romancista que se consagra como contador das histórias íntimas do Nordeste e um cronista que escreve diariamente para jornais cariocas com crônicas que versam especialmente sobre suas experiências no Rio de Janeiro, bem como sobre o dia-a-dia da cidade.

Em linhas gerais, o purismo e a emotividade que marcam os narradores dos romances, dão lugar a um narrador preocupado em atribuir sentido a sua produção, refletindo, de maneira detida, sobre a construção desta, sendo possível, a partir daqui, contextualizar e problematizar as afirmações de José Lins acerca da espontaneidade, da sensibilidade e da pouca reflexão dos quais seus romances seriam fruto.

A relação entre o regional e o universal é tema recorrente nas crônicas de José Lins que tece argumentos que buscam ligar os dois pólos e nunca colocá-los em oposição, insistindo que o bom romancista é aquele que consegue conferir universalidade a sua terra⁸. No livro *Presença do nordeste na literatura* (1957) argumenta que um dos principais objetivos do regionalismo nordestino era

transformar o chão do Nordeste: de Pernambuco, num pedaço de mundo. Era expandir-se ao invés de restringir-se. Por esse modo o Nordeste absorvia o movimento moderno no que ele tinha de mais sério. Queríamos ser do Brasil sendo cada vez mais da Paraíba, do Recife, de Alagoas, do Ceará (REGO, 1957, p.50).

José Lins afina-se às discussões e às propostas de Gilberto Freyre em relação aos primeiros tempos do movimento regionalista do Recife. Assim, insistirá enfaticamente na independência do movimento em relação ao modernismo paulista, classificando a Semana de Arte Moderna como um acontecimento realizado por “meia dúzia de rapazes inteligentes e lidos em francês” (REGO, 1981a [1942], p. 45) argumentando que “desde 1923, Gilberto Freyre começou a existir, e desde esse tempo

⁸Como exemplo: “O Provinciano Machado de Assis”; “O Cravo de Mozart é Eterno”; “Antônio Alcântara Machado”; “Carta a Escorel”; “Jorge de Lima e o *Modernismo*”; “Augusto dos Anjos e o Engenho Pau d’Arco”; “Do Bom Tradicionalismo” e o livro *Presença do Nordeste na Literatura Brasileira* (1957).

o eixo literário – Recife – apareceu independente do Rio e de São Paulo e até um tanto hostil” (REGO, 1981a [1942], p. 43)..

Para José Lins, a Semana de Arte Moderna não teria tido impacto no Recife, ofuscada justamente pela chegada de Freyre da Europa que

nos advertia da fraqueza e do postigo do movimento. Eu mesmo, num jornal político que dirigia com Osório Borba, me pus do lado oposto, [...], verificando na agitação modernista uma velharia, um desfrute, que o gênio de Oswald de Andrade inventara para divertir os seus ócios de milionário (REGO, 1981a [1942], p. 97):

Nesse sentido, considera o modernismo de São Paulo externo à realidade brasileira; um messianismo que pretende criar uma arte nacional e que falha exatamente por essa razão, porque pretende “provocar uma arte brasileira por processo de chocadeira mecânica”.

Em síntese, o modernismo corresponderia a uma arte cerebral que pouco se debruçaria sobre o Brasil e quando o faz seria com a intenção de catalogá-lo e não para senti-lo. Como exemplo, cita Mário de Andrade que em *Macunaíma* (1928) teria criado uma língua artificial, mais um “arranjo de filólogo” do que um “instrumento de comunicação oral ou escrito”, afirmando que não fosse o talento de poeta que Mário possui seu livro não passaria de um “fichário de erudição folclórica” (REGO, 1981a [1942], p. 98)⁹.

José Lins se destaca como um dos que mais hostilizavam os acontecimentos e as realizações da Semana de Arte Moderna, assumindo, durante os anos 20, atitude muito mais polêmica do que Freyre, por exemplo, exprimindo uma postura hostil e quase irritada em relação às repercussões da Semana. Uma de suas principais preocupações será negar o valor atribuído à Semana de Arte Moderna como atitude duradoura e como expressão centralizadora de um movimento de âmbito nacional, lançando-se com ira contra à condenação sumária do passado pregada pelos modernistas. Insistirá na posição independente do Recife, com Gilberto Freyre à frente, propondo, por essa via, novos valores e novas possibilidades de renovação estética para as artes no Brasil.

O romancista insiste, ao longo dos anos e em inúmeras crônicas, na íntima e necessária identificação do homem com seu meio como essencial para a produção do

⁹Ainda segundo José Lins, *Macunaíma* seria “um repositório de folclore, o livro mais cerebral que já se escreveu entre nós”. (REGO, 1981 [1942], p. 96)

romance¹⁰, haveria na arte “uma necessidade de terra, e de homem, como coisa essencial para que ela não seja um fruto de estufa” (REGO, 2004a [1942], p. 324).

Afirmção que ele considera não só estar na base, mas ser o próprio motivo de existência de suas obras, correspondendo, também, àquilo que Freyre considera ter sido a atitude dos intelectuais do *Movimento do Recife*, ou seja, intelectuais que nunca separaram o regional do humano: “gosto pela experimentação literária, artística, sociológica ou psicológica nunca foi, ou é maior que o gosto pelo assunto vivo – os homens vistos de perto; tanto no tempo como no espaço” (FREYRE, 1944.p.29).

Uma síntese da posição do autor sobre o regionalismo pode ser encontrada em “O cravo de Mozart é eterno”, crônica na qual argumenta que

no coração do músico, no seu ser, havia uma força essencial, um germe que queria subsistir, brotar: era a terra, a gente, toda a Alemanha chamando por ele. **Mais uma vez vencia na composição da arte o que com tanto desprezo alguns críticos chamam de regionalismo. No entanto, por mais que eles desdenhem não há grande arte que não seja nutrida assim, que não se alimente da terra, como fruto maior de todos** (REGO, 2004b, p.364. grifo nosso).

Em meados dos anos 30, o agora premiado romancista José Lins do Rego, começa, em suas palavras, a analisar o modernismo paulista sem paixões, possibilidade que se abre porque “o tempo esfriou os entusiasmos e as prevenções” (REGO, 1981b, p. 83). Importante notar que, neste período, José Lins inicia sua carreira como romancista e, nesta condição, começa a ser conhecido nos círculos intelectuais paulistas, como ele próprio demonstra ao comentar o prêmio que recebeu por seu romance de estréia, *Menino de Engenho* (1932):

Paulo Prado que era o mais paulista dos homens, de seu São Paulo, civilização do café, como Nabuco fora pernambucano da civilização do açúcar, sem me conhecer, fez todo o possível para que a Fundação Graça Aranha me desse o prêmio do ano. Era o romance de um cabeça-chata, mas para um paulista da fibra de Paulo Prado, o que havia, como essencial, era o Brasil (REGO, 2004c [1945], p.117).

Assim, em crônica dedicada a Antônio Alcântara Machado, realiza um balanço crítico do modernismo, reavaliando algumas de suas posições mais radicais. Reavaliação que ocorre à luz de sua análise sobre a obra do romancista paulista que

¹⁰José Lins argumenta em “A Casa e o Homem” que “homem e casa, homem e mata, homem e bichos não se encontram como inimigos a se defenderem uns dos outros”, logo, homem e paisagem não se hostilizam, sendo necessário buscar a terra para poder ser original e humano. Os mesmos argumentos são encontrados ainda nas crônicas: “Invenção e Orfeu”; “Augusto dos Anjos”; “O Pintor Cícero Dias”; “Manuel Bandeira, um Mestre da Vida”; “O Quinze”.

teria sido o “mais brasileiro, o mais direto na formação de sua obra. Enquanto Mário estudava o folclore, Alcântara, olhando para a vida, queria ver, sentir como homem” (REGO, 2004c [1945], p.84), com uma língua livre e com aquilo que é essencial ao romance: a íntima relação do autor com a vida.

Ao contrário de suas posições iniciais que negavam completamente o modernismo e seus artistas, José Lins relativizará suas afirmações enxergando, por exemplo, em Alcântara Machado um autor ligado à vida e à sua terra, um escritor que possui as características consideradas por ele, e pelos regionalistas, como as que deveriam estar presentes nos grandes escritores.

Na década de 40, em “História do nosso modernismo o” (REGO, 1981c, p. 127) refinará sua postura sobre Mário de Andrade, anteriormente considerado um autor que se perdia em meio a tanto formalismo e erudição, argumentando que este buscou o povo e a arte popular em suas substâncias reais, sendo o autor que

há vinte anos imaginara uma revolução para destruir um mundo de formas velhas só queria uma coisa: era ter uma forma que fosse a de seu tempo [...] Muitas vezes imaginei-o no jogo fácil da anedota. Mas Mário de Andrade era mais que um desfrute de mocidade lida demais (REGO, 1981c, p. 127).

Nota-se, portanto, que a atitude inicial de José Lins de completa e irrestrita negação do modernismo cede lugar à reavaliação que reconhece algumas contribuições do mesmo, particularmente quando seus artistas procuraram olhar para o Brasil com a sensibilidade, buscando as tradições brasileiras e se aproximando do povo. Portanto, o autor passa a considerar que essas tentativas, em sua visão, autênticas e verdadeiras de se fazer literatura não foram privilégios do *Movimento do Recife*, contudo, insiste no argumento de que os modernistas de São Paulo apenas conseguiram, de fato, produzir uma literatura eterna quando se distanciaram dos modismos e do excessivo experimentalismo estético.

Importante destacar que ao escrever sobre o modernismo, José Lins está, na maioria das vezes, refletindo e construindo argumentos sobre o regionalismo nordestino. Desse modo, o autor articula essas discussões a pontos fundamentais para a compreensão do regionalismo, quais sejam, a tradição, a região e a emoção (sensibilidade) como meio privilegiado para o conhecimento do mundo¹¹. Em *Presença*

¹¹ Importante notar que em “Cartas de Fernando Pessoa”, José Lins argumenta que é o uso da sensibilidade e não ela mesma o que vale em arte.

do nordeste na literatura (1957), chega a afirmar que o regionalismo proposto por Freyre não é um capricho de saudosista, mas sim uma teoria da vida e, por consequência, uma filosofia de conduta,

o que queria com seu pegadio à terra natal era dar-lhe universalidade [...] era transformar o chão do Nordeste: de Pernambuco, num pedaço de mundo. Era expandir-se ao invés de restringir-se. Por esse modo o Nordeste absorvia o movimento moderno no que ele tinha de mais sério. Queríamos ser do Brasil sendo cada vez mais da Paraíba, do Recife, de Alagoas, do Ceará (REGO, 1975, p. 60).

Assim, José Lins reiterará, freqüentemente, a busca por aquilo que é tradicional, afirmando que tradição é escolha, é “o ponto de vista de quem se liga à vida, de quem é mais dialético do que analista. A tradição verdadeira é a que é sempre da vida, força que passa de geração a geração, com a energia da semente que se propaga” (REGO, 1981d [1942], p.109).

No Brasil, a tradição teria sido ligada à região por Gilberto Freyre que a humanizou, construindo um sistema de sondagem da realidade que tomaria “da tradição elementos vitais **porque tradição é escolher bem, é distinguir, é poder vencer o tempo, ser mais do que o tempo**” (REGO, 1981d [1942], p.110).

Nesse sentido, a partir dos elementos da tradição, José Lins dedica-se, também, à análise da coesão social que seria mais sólida do que a própria diversidade regional, ou seja, “no que diz respeito ao ‘elemento humano’, o Brasil é o mesmo de Norte a Sul: isto observei em São Paulo, Minas, por toda parte. O brasileiro é o mesmo. Não corremos assim o perigo de formação de pátrias menores, de minorias raciais, de nada disso” (REGO, 2004d [1942], p. 250).

Em crônica intitulada “Notas sobre o Rio Grande”, o autor comenta sua primeira visita ao Rio Grande do Sul, dizendo que encontrou muitas semelhanças com o Nordeste, “tem-se a impressão de que se vai entrar em contato com um mundo oposto ao nosso e o que se encontra é o brasileiro. Um brasileiro com a sua personalidade característica, com a sua originalidade, mas de uma mesma família, a pinta é a mesma” (REGO, 2004e, 256)¹².

¹² No prefácio a *Região e Tradição*, José Lins comenta sobre essa mesma viagem: “o Brasil era o mesmo, era a grande unidade que nem meio século de estadualismo pudera corromper. Região contra estadualismo, personalidade contra uniformidade, respeito às tendências mais íntima do povo contra a tirania de se deformar o que o povo possui de seu, de sua alma”. (REGO, 1944,p.20).

Para o autor, essa fragmentação do brasileiro em tipos regionais distintos seria fruto da exuberância verbal de nossos sociólogos os quais “exageram o que é típico, para desprezar o que é humano” (REGO, 2004e, 257)¹³, o Brasil é, portanto,

nação de verdade, há uma força de uma gente que vence fomes, crises do clima, horrores da vida, para criar uma civilização que é, nos trópicos, uma grandeza real [...] Eu não sou dos que falam de subnação. Apesar dos pesares, de todas as nossas fomes, o brasileiro chegará a ser dono de seu destino (REGO, 2004 [1945], p.302).

Insistindo na coesão social, particularmente no Nordeste, comenta no artigo “Carta de uma Geração aos Senhores Gilberto Freyre e Jackson de Figueiredo” que

nosso único destino é o destino de homens rurais. Não somos nem militaristas, nem positivistas, nem democratas, nem futuristas. Somos senhores de engenho, fazendeiros e católicos apostólicos romanos. Fugindo daí estamos de braços com a anarquia, porque fugimos da nossa verdadeira vocação (REGO, 1924).

Deslocando o pólo de suas preocupações da coesão para a desagregação, percebe-se, principalmente em crônicas do final do decênio de 30 e início dos anos 40, que José Lins passa a reconhecer certa força desagregadora na sociedade brasileira que se reflete especialmente ao que define como uma “ânsia de americanizar-se”.

Em “O Homem, a casa e a cidade”, comenta sobre a desfiguração da cidade do Rio, fruto da “americanização” de sua arquitetura que passa a crescer sem o homem, o que era particularidade nossa, caráter brasileiro, cor e forma de uma tradição orgânica, se despedaça, para que se ponha por cima de tudo isso vinte andares de cômodos e se fabriquem cabeças-de-porco de luxo. O homem da casa humana passa a ser o prisioneiro do apartamento cercado de restrições (REGO, 2004f, p.297)¹⁴.

Ainda ao escrever sobre a tradição, José Lins irá insistir, em várias crônicas, na importância da língua tanto para a construção das tradições, quanto para uma escrita literária que se ligue intimamente à linguagem oral, para o autor, “a língua que se cria no povo quando procura dar uma imagem da vida, de uma dor, de uma alegria, brota

¹³ Ainda nesta crônica, José Lins comenta que “antigamente, todo brasileiro era um poeta; hoje, todo brasileiro é um sociólogo”.

¹⁴ No mesmo sentido do argumento desenvolvido aqui, José Lins, em outra crônica intitulada “Velhas Casas”, chama atenção para o fato de que “Gilberto Freyre deu à casa-grande uma significação imensa nas suas descobertas, fez da casa brasileira um dos núcleos vitais de sua obra. **Ele viu a casa como centro [...] Viu o Brasil na sua intimidade, nas suas profundezas mais secretas**” (REGO, 2004f, p.303).

como água do reio. É impetuosa às vezes, e às vezes tem a doçura das fontes de pé de serra. É a língua da natureza” (REGO, 2004h, p. 340)¹⁵.

O argumento toma como base a afirmação de que há sempre uma língua que é parte integrante do viver (e não apenas uma imposição da escola e dos dicionários), enquanto tal, os escritores devem se aproximar da língua falada pelo povo em seu dia-a-dia, ou seja, é necessário “escrever uma língua que seja parte integrante do viver, e não somente uma imposição do mestre-escola” (REGO, 2004i, p.351), assim, o idioma seria mais um instrumento da sensibilidade do que da lógica¹⁶.

Em síntese, “os grandes escritores têm a sua língua, os medíocres, a sua gramática” (REGO, 2004l, p.95)¹⁷, é com essa afirmação categórica que José Lins se defende das críticas à sua escrita excessivamente próxima à linguagem oral, bem como de seu desprezo pelas regras gramaticais da língua culta, na crônica “Prefiro Montaigne”, afirma que prefere continuar como é, ou seja, “incorreto, mas claro, sem a riqueza vocabular dos estilistas, mas fácil, e capaz de chegar ao entendimento de todos” (REGO, 2004 [1945], p. 154).

Nesse sentido, a valorização da linguagem oral torna-se um dos pontos fundamentais para José Lins, em “Coisas de Romances”, o autor conta ao leitor a resposta que deu a um jornalista carioca quando perguntando sobre as influências estrangeiras que tinha em seus romances: “o jornalista procurou falar de minha influências estrangeiras [...] eu lhe falei dos cegos cantadores de feira da Paraíba e de Pernambuco. Os cegos cantadores amados e ouvidos pelo povo, porque tinham o que dizer, tinham o que contar” (REGO, 2004 [1945], p. 35).

No que diz respeito à linguagem, José Lins argumenta que, já nos anos 40, a literatura brasileira ainda está em “perigosa adolescência”, no Brasil,

ainda estamos em plena selva. Ainda há muito trabalho para bandeirantes, para desbravadores, para gente dura e rude. Por isto [...] eu ainda prefiro escutar os

¹⁵ Sobre o tema ver ainda: o: “Língua do Povo”, “As Duas Línguas”, “Língua e Literatura”, “Um Dicionário”, “Prefiro Montaigne”; “Lima Barreto”.

¹⁶ Importante notar que este tema é muito desenvolvido, também, por Freyre em seus artigos dos anos 20, constituindo, também, uma das partes centrais de *Casa Grande & Senzala* (1933). Para José Lins, a publicação de *O Guarani* (1857) de José de Alencar (1829-1877) marca uma nova época na literatura brasileira justamente porque Alencar criou um modo de ligar-se à terra, ou seja, “a língua de seu romance já não era prisioneira da sintaxe lusiada. Escrevia Alencar com pronomes e seqüências que vinham diretamente do povo [...] A partir da publicação deste livro passamos a **escrever na língua que era de nossas necessidades**”. (REGO, 2004j [1958], p. 267. grifo nosso).

¹⁷ Na realidade, essa frase pertence a Lima Barreto e é emprestada por José Lins para sintetizar suas posições.

Sarmiento, os Euclides da Cunha, os Hernández, os Castros Alves. Estes sabem os segredos da mata, os perigos dos bichos, as asperezas da terra (REGO, 1981e [1945], p.115).

Para José Lins, a literatura deve ser a essência da vida do escritor. Afirmção enfatizada e reiterada constantemente pelo autor que diz acreditar na “literatura como coisa essencial à vida”, devendo o escritor “escrever para sobreviver, para pôr-se em intimidade com a vida, ligar-se com ela” (REGO, 1981f [1954], p.343).

Em “O Romance e os caminhos da vida” argumenta que não há método para fazer romances (assim como Deus não possuiu método para criar o mundo). O romancista, a exemplo de Deus, trabalharia como agente fecundado pelo instinto criador e, um romance para ser “verdadeiramente um romance, é mais do que uma forma de escrever é, no melhor sentido, um estilo, o estilo do autor, a sua força de criar, o seu poder de levantar personagens” (REGO, 1952, p.40). Nesse sentido, o romance no Brasil vem

dando e arrancando do povo o que o povo tem de profundamente original e de profundamente brasileiro. Não é literatura de classe, mas uma literatura humana, identificada com a terra e com a gente como seus elementos básicos (REGO, 2004o [1945], p.75).

Argumenta, também, que não tem “feito outra coisa na vida que tirar partido das coisas vividas. Inventar, não é o meu forte” (REGO, 1952, p.55) até porque afirma acreditar que o mundo da realidade é mais genial do seu próprio gênio. Considera escrever do modo como as coisas lhe surgem na memória, inspirando-se nos “cegos cantadores de feira da Paraíba e de Pernambuco [...] quando imagino meus romances, tomo sempre como roteiro e modo de orientação o dizer as coisas como elas me surgem na memória, com o jeito e as maneiras simples dos cegos poetas” (REGO, 1952, p.55).

Entretanto, ao contrário do que supõe a crítica, tais afirmações não expressariam a ingenuidade do autor, correspondem, antes, àquilo que ele considera ser uma literatura que não se deixa vencer pelo “secundário, pelas imposições de fora, pelo gosto da época, pelas modas” (REGO, 1952, p.55).

Nesse sentido, argumenta não acreditar no realismo como condição legítima do artista se comunicar com o mundo porque “a arte conduzida para se transformar em instrumento de uma tendência pode ter sucesso de um dia. Sucesso fugaz que não resiste ao desgaste dos interesses secundários” (REGO, 1981g, p.170), assim, as idéias podem até serem conduzidas pelos instrumentos da ciência e do pensamento, “mas as

instituições mais profundas da mente que não são racionais e nem econômicas só são acessíveis ao místico e ao artista” (REGO, 1981g, p.170).

Em artigo publicado na *Revista Anhembi* em 1957, José Aderaldo Castello delinea seus principais argumentos sobre a obra de José Lins, revelando, também, preocupação em conceituar o regionalismo. Assim, Castello apresenta a obra do romancista paraibano como o resultado de suas memórias de infância, de “impulsos espontâneos e irresistíveis” que, entretanto, articula-se a uma “atitude crítica e regionalista”, regionalismo que é “tão espontâneo e, ao mesmo tempo, intencionalmente buscado pelo romancista” (CASTELLO, 1957, p.353).

Passemos, então, ao aprofundamento da análise sobre o regionalismo, particularmente por meio de sua articulação interna.

2. Regionalismo como crítica ao modernismo.

Nesses termos, a história aparece como a principal questão a ser enfrentada pelos regionalistas nordestinos e será a base que sustentará suas sugestões estéticas e estilísticas particularmente no que se refere à prosa de ficção. Assim, a história da região será rememorada e recontada a partir da recuperação do passado patriarcal realizada, por sua vez, a partir dos impasses colocados pelo presente (os anos 20) visto a partir da cidade do Recife, por seus intelectuais em torno da Faculdade de Direito e de jornais e revistas como o *Diário de Pernambuco*; *Jornal do Comércio*; *Jornal do Recife*; *Diário da Manhã*; *A Província*; *Mauricéia*; *Revista do Norte*; *Era Nova*; etc.

Trata-se, portanto, de um esforço que visa tornar inteligível a decadência da região, apontando, em vários momentos, soluções diversas para a crise. Se a adversidade existe, ela é transformada numa síntese de contrários, isto é, passado e presente passam a existir como elementos de transformação. Temos uma defesa da região que se apresenta, essencialmente, como uma defesa da tradição, ou seja, um tradicionalismo via colonização portuguesa e uma tradição via patriarcalismo.

Para Moema D’Andrea, se a adversidade existe ela é transformada numa síntese de contrários, isto é, passado e presente passam a existir como elementos de transformação, ou seja, o Regionalismo nordestino “perfaz a história em sentido contrário, proclamando uma tradição incrustada no tempo, elevada a mito e liturgia

pela compensação simbólica de valores culturais tornados edificantes sob aval da colonização” (D’ANDREA, 1992, p. 46).

Temos uma defesa da região que se apresenta, essencialmente, como uma defesa da tradição, ou seja, um tradicionalismo via colonização portuguesa e uma tradição via patriarcalismo.

Assim, sob o signo da modernidade e com propostas estéticas que se propõem renovadoras, o Regionalismo recupera a trajetória das elites agrárias nordestinas, agora decadentes, procurando operar uma reconversão simbólica a partir das tradições culturais destas. Nesse sentido, o Nordeste daria autenticidade e originalidade ao Brasil,

e a defesa da região (desta região) é de suma importância política e econômica no momento em que a República Velha esvazia – pela prática política da política estadualista – os poderes dos estados nordestinos, com a conseqüente supremacia dos estados mais ao Sul do País. Não é à toa, portanto, que o líder regionalista se coloque em prol das “regiões naturais” ou do integrativismo inter-regional; uma espécie de frente ampla das oligarquias que pudesse abrir espaço ante ao poder centralizador das oligarquias dos estados econômica e politicamente mais fortes nesse momento (D’ANDREA, 1992, p. 125).

Argumento que encontra ressonância na seguinte observação de Freyre:

mesmo com as alterações sofridas na sua ordem social e que o separam tanto do seu passado, o Nordeste continua a parte, sob mais de um aspecto, mais brasileira do Brasil; a mais característica da civilização patriarcal-escravocrata fundada pelos portugueses na América tropical. Não a mais tradicionalista [...] conscientemente tradicionalista. Seus arcaísmos não devem ser confundidos com o tradicionalismo criador; nem seus provincialismos, com o bom Regionalismo. Mas não lhe faltam elementos para voltar a ser uma região ativamente criadora dentro da economia brasileira e da cultura nacional e americana (FREYRE, 1944.p.193-194).

Em *José Lins do Rego: modernismo e regionalismo* (1961), José Aderaldo Castello define o Regionalismo como uma tendência mais ampla da literatura brasileira da qual o movimento regionalista articulado por Freyre tomou consciência crítica, dando-lhe fundamento sociológico e amplitude artística, “esclarecendo-a, definindo-a ou caracterizando-a, sob uma compreensão moderna da realidade brasileira” (CASTELLO, 1961, p.180).

Com efeito, pode-se argumentar que o regionalismo nordestino possui como **projeto estético**¹⁸ a aproximação da linguagem oral e a construção de um narrador popular, pretende, pois, não criar uma língua brasileira, mas sim trazer à tona o escrever próximo à tradição oral. Ao formular um projeto baseado nesta tradição, os regionalistas dão o passo seguinte, qual seja, propor a recuperação das tradições brasileiras em suas inúmeras manifestações na dança, na música, na culinária, etc., trata-se de conduzir o que até então se considerava folclore para o nível explicativo da formação nacional.

Novamente, vemos operar uma recuperação da tradição por meio da região, ou seja, é pela via regional que as tradições e os valores brasileiros devem ser recuperados e que, portanto, a formação do país deve ser compreendida.

Nota-se que a recuperação da tradição nordestina possui o duplo intuito de valorizar a região como a parte mais autêntica do Brasil, bem como o de reivindicar para o Nordeste uma tradição e, portanto, uma história outra que aquela da decadência vivida pela região. Ou seja, a modernidade nordestina não estaria em elementos como a urbanização e a industrialização, mas sim na plasticidade de suas tradições e de seus valores.

Revela-se, assim, certo dinamismo do Regionalismo nordestino, isto é, ao recuperar o passado da região, os regionalistas buscam conferir inteligibilidade para o presente, atualizando, portanto, esse mesmo passado. Está claro, que um dos principais carros chefes do empreendimento regionalista é a defesa da tradição das oligarquias nordestina, cabe, agora, nos perguntamos sobre o significado desta defesa nos anos 20 e o sentido de sua recuperação pela literatura na década seguinte.

Os regionalistas, particularmente José Lins, insistirão na recuperação dos tempos da infância, como um dos principais elementos para a composição literária, trata-se de trazer à tona a experiência vivida anteriormente, ou seja, a rememoração, pela via do sensível e do vivido.

¹⁸ João Luiz Lafetá (2000) argumenta que ao tratarmos de qualquer movimento de renovação estética devemos verificar 1. em que medida os meios tradicionais de expressão são afetados pela nova linguagem proposta, isto é, cabe perguntar até que ponto cria-se uma linguagem realmente nova e 2. quais as relações que o movimento mantém com outros aspectos da vida cultural, ou seja, de que maneira a renovação dos meios expressivos se insere no contexto mais amplo de sua época. Desse modo, toda nova proposição estética deve ser encarada em duas faces (que são complementares, ainda que possam estar em forte tensão) – o **projeto estético** (diretamente ligado às transformações operadas na linguagem) e o **projeto político** (diretamente ligado à *visão de mundo* de sua época).

Note-se que a memória será o filtro que selecionará o que será lembrado, ou seja, por meio do artifício da memória serão unificados todos os dramas da decadência nordestina, dramas que são apresentados como vividos de modo semelhante por senhores, trabalhadores de eito, ex-escravos, sertanejos e cangaceiros, promovendo tal aproximação e equalizando os conflitos, abre-se caminho para a recuperação do passado patriarcal como a autêntica tradição nacional.

Dito isso, as discussões acerca da independência do regionalismo nordestino das manifestações da Semana de Arte Moderna parecem perder seu sentido explicativo, ou seja, procuramos demonstrar que o primeiro não permanece nem alheio, nem ileso à renovação cultural operada no eixo Rio - São Paulo. Como lembra Antônio Dimas,

o projeto de renovação cultural do país repartia-se, abrindo espaço a dois segmentos dignos de respeito. No Sul, tentava-se o emparelhamento com a arte européia, insistindo-se na fundamentação basicamente estética e reprimindo-se, com isso, qualquer surto de veleidade regionalista, em princípio. Buscava-se uma arte urbana, talvez porque São Paulo quisesse se firmar como criação deste século XX e de outros futuros, não anteriores [...] Mito por mito, no Nordeste desrecalcava-se esse *Regionalismo*, escancarava-se o pesado passado rural e colonial, assumiam-se as raízes longínquas (DIMAS, 2003, p.334).

Contudo, o Regionalismo nordestino também possui uma lógica interna de formação, dada, em larga medida, pelas imposições do chão histórico em que é formulado e é justamente este último elemento que nos permite explorar a hipótese de que o Regionalismo nordestino mesmo sendo uma discussão estética, política e social que data dos anos 20, apenas consegue ganhar expressão nacional na década seguinte em razão, especialmente, das conseqüências políticas da Revolução de 30, isto é, pós-30 as diferentes elites regionais se fazem ver e insistirão, principalmente por meio da literatura, na diversidade regional como modo de realizar uma operação pela unidade nacional.

No jogo entre aquilo que é lembrado e aquilo que é esquecido, José Lins opera uma recuperação do passado que busca explicar o presente, em seus dilemas e disputas, e não simplesmente negá-lo.

Desse modo, ao contrário do que se tornou lugar comum na crítica, a recuperação do passado por parte do romancista revela mais do que apenas uma

memória prodigiosa, antes, permite perceber algumas escolhas, entre elas, a defesa da região Nordeste, e particularmente, de Pernambuco como o lugar da expressão mais autêntica dos costumes e das tradições brasileiras.

Região e tradição passam a operar, portanto, como par indissociável na tentativa de reconstruir o processo social de decadência da oligarquia açucareira, tornando-o inteligível. A diversidade regional é acentuada como modo de melhor compreender a unidade nacional, esteticamente, esse par opera na busca pela legitimação de uma linguagem de raízes populares¹⁹.

Assim, mais do que a mera recuperação de um tempo (e conseqüentemente de um padrão de sociabilidade e de um modo de organização social) condenado ao desaparecimento, teríamos a articulação entre o passado e o presente, de modo que a despeito da decadência dos engenhos, alguns dos pilares de sustentação da estrutura social da região canavieira continuem sendo insistentemente reivindicados.

Dessa forma, podem ser apreendidas as nuances e as disputas (materiais e simbólicas) postas num momento no qual a modernização industrial e a estrutura de poder construída nos engenhos tentam se articular para reproduzir tanto a dominação patriarcal, quanto o poder político, econômico e social capazes de assegurar a permanência de antigos atores em cenários que, ao menos virtualmente, se pretendem novos.

Em linhas gerais, mais do que uma bipolarização, modernismo e regionalismo este trabalho procurou compreender os dois movimentos como faces diferentes de um mesmo processo de aprofundamento da consciência nacional, ou seja, representam fenômenos culturais em situação de complementaridade.

¹⁹ Devemos lembrar que, neste contexto, "a invenção das tradições preenche o vácuo político resultante do desgaste de vínculos sociais e hierárquicos que estiveram presentes numa ordem social anterior e que não foram substituídos e que tem por base o patricarcalismo. De certo modo, a tradição vem a ser o rito e o acessório que encobrem a substância das relações sociais". (BASTOS, 2006, p.47).

3. Bibliografia

ARRIGUCCI Jr., Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: **Enigma e comentário**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes. **Modernismo e regionalismo** (Os anos 20 em Pernambuco). João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

BASTOS, Elide Rugai. **As Criaturas de Prometeu**. Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira. SP: Global, 2006.

CASTELLO, José Aderaldo. José Lins do Rego. **Revista Anhembi**. São Paulo, 1957.

_____. **José Lins do Rego: modernismo e regionalismo**. São Paulo: Edart, 1961.

CHAGURI, Mariana M. **Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 30: José Lins do Rego, Regionalismo e Modernismo**. 2007. Dissertação (mestrado em Sociologia). Campinas – SP: IFCH – Unicamp.

D'ANDREA, Moema. **A tradição re(des)coberta**. Gilberto Freyre e a literatura regionalista. Campinas – SP: Ed. da Unicamp, 1992.

DIMAS, A. Um Manifesto Guloso. In: KOSMINSKY, E. V.; LEPINE, CLAUDE PEIXOTO, FERNANDA A.. **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru - SP: EDUSC, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Região e tradição**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

FREYRE, Gilberto. O movimento regionalista, tradicionalista e, a seu modo, modernista do Recife. In: **O manifesto regionalista**. Recife: INPJN, 1976.p.13.

_____. Manifesto regionalista de 1926. In: **O manifesto regionalista**. Recife: INPJN, 1976.

_____.A literatura moderna do Brasil. In: **Interpretação do Brasil**. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

INOJOSA, J. **O movimento modernista em Pernambuco**. Vol. I. Rio de Janeiro: Gráfica Guanabara, 1969.

JUNQUEIRA, Ivan (org.). **Dias idos e vividos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: a Crítica e o modernismo**. SP: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

MEUCCI, Simone. **Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil**: da sistematização a constituição do campo científico. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia). IFCH: Unicamp, Campinas – SP.

REGO, José Lins do. **Presença do Nordeste na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: MEC, 1957.

_____. Notas sobre Gilberto Freyre. In: FREYRE, G. **Região e tradição**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

_____. **O Cravo de Mozart é eterno**. RJ: José Olympio, 2004.

_____. A Fome no Brasil. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. Publicado originalmente em **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

_____. Carta de uma Geração aos senhores Gilberto Freyre e Jackson Figueiredo. **Era Nova**, ano IV, nº69, set.1924.

_____. Espécie de História Literária. In: JUNQUEIRA, I. **Dias idos e vividos**. RJ: Nova Fronteira, 1981 a. Publicado originalmente em **Gordos e magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942

_____. Antônio Alcântara Machado. In: **Dias idos e vividos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. Portinari. In: **O Cravo de Mozart é eterno**. RJ: José Olympio, 2004 a. Publicado originalmente em **Gordos e magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

_____. O Cravo de Mozart é eterno. In: **O Cravo de Mozart é eterno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004b.

_____. Paulo Prado. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004c. Publicado originalmente em **Poesia e vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

_____. O Romance e os Caminhos da Vida. **Homens, seres e coisas**. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1952.p.40.

_____. História do nosso *Modernismo*. In: JUNQUERIA, I. (org.) **Dias idos e vividos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981c.

_____. Do bom tradicionalismo. In: JUNQUEIRA, I. (org.) **Dias idos e vividos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981d. Publicado originalmente em **Gordos e Magros**. RJ: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

_____. Cabo Frio. In: **O Cravo de Mozart é eterno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004 d. Publicado originalmente em **Gordos e magros**. RJ: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

_____. Notas sobre o Rio Grande. In: **O Cravo de Mozart é eterno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004e.

_____. O Homem, a Casa e a Cidade. In: **O cravo de Mozart é eterno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004 f.

_____. Foi uma vitória da Marinha. In: **O cravo de Mozart é eterno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004g. Publicado originalmente em **Gordos e magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

_____. Língua do Povo. In: **O cravo de Mozart é eterno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004h.

_____. O Centenário de O Guarani. In: **O cravo de Mozart é eterno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004j. Publicado originalmente em **O vulcão e a fonte**. RJ: O Cruzeiro, 1958.

_____. Lima Barreto. In: **O cravo de Mozart é eterno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004l.

_____. Prefiro Montaigne. In: **O cravo de Mozart é eterno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004m. Publicado originalmente em **Poesia e vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

_____. Coisas de romances. In: **O cravo de Mozart é eterno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004n. Publicado originalmente em **Poesia e vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

_____. Carta a Escorel. In: JUNQUEIRA, I. (org.) **Dias idos e vividos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981e. Publicado originalmente em **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

_____. Por que escreves? In: JUNQUEIRA, I. (org.) **Dias idos e vividos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981f. Publicado originalmente em **A casa e o homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

_____. Coisas de Romance. In: **O cravo de Mozart é eterno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004o. Publicado originalmente em **Poesia e vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

_____. Di Cavalcanti e o realismo social. In: JUNQUEIRA, I. (org.) **Dias idos e vividos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

REZENDE, Antônio P. M. **(Des)Encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de 20. 1992. Tese (Doutorado em História Social). USP, São Paulo.